Bruno Pereira

Impacto do IDE no crescimento económico: revisão de teorias

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Ciência Política e Relações Internacionais

Porto, 2023

Bruno Pereira

Impacto do IDE no crescimento económico: revisão de teorias

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Ciência Política e Relações Internacionais

Porto, 2023

Título: Impacto do IDE no crescimento económico: revisão de teorias empíricas

Autor: Bruno Miguel Gouveia Pereira

Nº do Aluno: 38091

Curso: Ciência Política e Relações Internacionais

Orientador da UFP: Prof. Doutora Luísa Vasconcelos

Data: Setembro de 2013

Assinatura do Aluno: _____

Projeto de Graduação apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte integrante da disciplina de Estágio e Projeto de Graduação e condição necessária para a aquisição do grau de Licenciatura em Ciência Políticas e Relações Internacionais.

Resumo

O presente estudo realiza uma análise abrangente do impacto do investimento direto estrangeiro no crescimento económico. É conduzida uma revisão de várias teorias económicas relacionadas com o tema, designadamente teorias relacionadas com o comércio internacional, teorias baseadas em mercados imperfeitos e teoria das taxas de câmbio em mercados de capitais imperfeitos. Adicionalmente, é examinada a situação de recente Portugal como destino atrativo para o investimento direto estrangeiro, assinando-se as suas principais características, desafios e perspetivas. Os resultados dessa revisão teórica e empírica fornecem uma visão mais ampla do conceito de investimento direto estrangeiro, bem como das vantagens e desafios a ele associados, tanto para as empresas investidoras quanto para os países recetores, explicitando em particular o caso português.

Palavras-chave: Investimento Direto Estrangeiro; crescimento económico; teorias económicas; IDE/Portugal.

Abstract

This study provides an extensive examination of the impact of foreign direct investment (FDI) on economic expansion. It includes a review of several economic theories pertinent to the topic, such as theories pertaining to international trade, theories based on imperfect markets, and the theory of exchange rates in imperfect capital markets. In addition, the current status of Portugal as an attractive destination for foreign direct investment is analysed, along with its main characteristics, challenges, and future prospects. The outcomes of this theoretical and empirical analysis provide a broader understanding of the concept of foreign direct investment as well as the benefits and challenges associated with it for both investing companies and receiving countries, with a particular focus on the Portuguese case.

Keywords: Foreign Direct Investment; Economic Growth; Economic Theories; FDI/Portugal.

Dedicatória

Aos meus pais
que me apoiaram incondicionalmente ao longo desta jornada académica.

Agradecimentos

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste projeto de graduação. Sem o apoio e a colaboração de cada um de vocês, esta conquista não seria possível.

Primeiramente, agradeço aos meus pais e familiares, pelo amor, incentivo e suporte incondicionais ao longo de toda a minha jornada acadêmica. Acima de tudo, agradeço por me darem coragem e confiança para que fosse possível realizar este projeto.

Agradeço a minha orientadora, a professora Luísa Vasconcelos, pelo tempo dedicado, orientação valiosa e conhecimentos compartilhados ao longo do desenvolvimento deste projeto. As suas contribuições e toda a ajuda que me forneceu foram fundamentais para a melhoria e o aprofundamento do trabalho.

Também expresso minha gratidão aos professores da faculdade Fernando Pessoa que compartilharam seu conhecimento e experiência ao longo dos meus estudos. Suas aulas, palestras e orientações foram essenciais para a minha formação acadêmica e para o enriquecimento deste projeto.

Agradeço aos colegas de turma e amigos, pela troca de ideias, discussões produtivas e pelo apoio mútuo ao longo do curso.

Por fim, agradeço a minha namorada que me ajudou sempre durante este projeto, quando eu não tinha vontade de o fazer, quando sentia que não conseguia encontrar informação acerca do assunto abordado, ela esteve sempre lá com um sorriso e uma palavra amiga.

A todos que de alguma forma estiveram envolvidos neste projeto, o meu mais profundo agradecimento. A vossa colaboração e apoio foram indispensáveis para o sucesso desta pesquisa e para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

Índice

Resumo ii
Abstract ii
Agradecimentos iv
Índice v
Índice de Siglas vi
Índice de Figuras vii
INTRODUÇÃO 1
1. CONCEITO OPERACIONAL DE IDE 3
2. CONTRIBUTOS TEÓRICOS PARA O ESTUDO DO IDE E CRESCIMENTO 5
1.1 Teorias relacionadas com o comércio internacional 5
1.1.1 Teorias clássicas 5
1.1.2 Teoria do ciclo do produto 7
1.2 Teorias baseadas em mercados imperfeitos 11
1.2.1 A teoria da internalização 11
1.2.2 Teoria do Poder monopolista 12
1.2.3 Teoria Oligopolista 13
1.2.4 Teoria do Paradigma Eclético 14
1.3 A teoria das Taxas de Câmbio em Mercados de Capitais Imperfeitos 15
3. PORTUGAL COMO DESTINO DE IDE 17
3.1 Caracterização EY Attractiveness Survey Portugal (2022) 17
3.2 Teorias de IDE na realidade portuguesa 20
3.3 Desafios e estratégias 22
CONCLUSÃO 25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 27

Índice de Siglas

IDE	Investimento Direto Estrangeiro
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
UE	União Europeia

Índice de Figuras

Figura 1 - Teoria do Ciclo da Vida do Produto.....9
Figura 3 - Top 10 de países europeus em termos de atração de IDE 18
Figura 4 - Setores que irão promover o crescimento económico 19

INTRODUÇÃO

Diz-se investimento direto estrangeiro (IDE) do investimento internacional realizado por uma entidade residente num determinado país com o objetivo de estabelecer um interesse duradouro (relacionamento de longa duração e grau importante de influência na gestão) numa empresa residente num outro país (OCDE, 1996).

Apesar de existirem contributos teóricos que relacionam positivamente os fluxos de IDE com o crescimento económico das economias recetoras, não existe uma posição consensual sobre essa relação, antes se reconhecendo que o IDE pode afetar o crescimento económico formas positivas e negativas.

Entre os impactos positivos destaca-se o facto de o IDE representar uma nova dotação de capital para o país recetor, suscetível de financiar novos investimentos, novas indústrias, novos empregos e maior crescimento; constitui uma fonte de transferência de tecnologia e *know-how* que induz ao desenvolvimento do capital humano local tornando-o mais produtivo no médio e longo prazo; representa uma fonte de inovação suscetível de expandir a capacidade produtiva, criar novos produtos e técnicas empresarias, gerar maior qualidade e/ou preços mais baixos; auxilia também o mercado de exportação e como tal melhora o saldo da balança de pagamentos.

Contudo, nem todos os IDE são iguais e nem todos os países beneficiam de iguais progressos. A qualidade do IDE, a forma como é gerido e o contexto em que é realizado afetam a sua contribuição para o crescimento. Podem igualmente surgir custos para as comunidades recetoras, como o declínio de empresas locais menos competitivas, a criação de dependências tecnológicas e de emprego, a degradação ambiental e esgotamento de recursos, a distribuição desigual de benefícios e o repatriamento de lucros ao invés do seu reinvestimento no tecido económico, entre outros.

Dada a falta de consenso quanto aos efeitos do IDE no crescimento do país recetor, torna-se relevante uma análise detalhada dos estudos já efetuados sobre esta relação, com o objetivo de clarificar o(s) tipo(s) de relação (positiva/negativa) que podem serem suscitadas. Tal análise permite sistematizar informação e alertar sobre as formas como o crescimento económico pode ser afetado país pelo IDE recebido, auxiliando na tomada de decisões quanto a alterações de estratégias de atração do IDE, de forma a alavancar os efeitos positivos e/ou minorar os efeitos negativos associados.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho consiste em rever de forma sistematizada os potenciais benefícios e impactos negativos suscitados pelo IDE sobre o crescimento das economias, pela observação de alguns contributos teóricos selecionados em função da sua relevância e perspetiva de abordagem.

Em termos metodológicos procede-se a um estudo secundário, assente numa revisão de literatura baseada em artigos científicos, livros e teses. Com esta revisão de literatura pretende-se a síntese e sistematização de algumas teorias que apreciam as relações estabelecidas entre IDE e crescimento económico.

Na seleção das teorias a apresentar optou-se por percorrer exemplos de teorias relacionadas com o comércio internacional (teoria das vantagens absolutas e comparativas, teoria da proporção de fatores e teoria do ciclo da vida do produto), teorias baseadas em mercados imperfeitos (teoria da internalização, teoria do poder monopolista, teoria oligopolista e teoria do paradigma eclético) e teoria baseada na relação cambial (teoria das taxas de câmbio em mercados de capitais imperfeitos).

No primeiro capítulo detalha-se o conceito operacional de IDE destacando-se a sua importância como um elemento-chave no crescimento económico, as suas motivações e desafios. Prossegue-se com a análise da relação entre IDE e crescimento económico, apresentando-se as abordagens teóricas do IDE em mercado concorrencial, mercado imperfeito e mercado cambial imperfeito. Termina-se com uma síntese da revisão teórica estabelecida.

A escolha do tema relaciona-se com a sua relevância e oportunidade, atendendo ao contexto de globalização e crescente movimentação do capital estrangeiro entre fronteiras. Adicionalmente, do ponto de vista académico, é um tema que possibilita o cruzamento da área económica com disciplinas de relações internacionais e política, o que converge com interesses e vocação pessoal.

1. CONCEITO OPERACIONAL DE IDE

O IDE corresponde a uma forma de investimento internacional em que uma entidade estrangeira, como uma empresa ou indivíduo, adquire uma participação significativa em uma empresa existente ou estabelece uma nova entidade em um país estrangeiro. Diferente de outras formas de investimento, o IDE envolve um nível mais profundo de envolvimento e controle por parte do investidor estrangeiro. De acordo com a OCDE (1996, p.17) a definição de IDE é a seguinte:

> Direct investment is a category of cross-border investment made by a resident in one economy (the direct investor) with the objective of establishing a lasting interest in an enterprise (the direct investment enterprise) that is resident in an economy other than that of the direct investor. The motivation of the direct investor is a strategic long-term relationship with the direct investment enterprise to ensure a significant degree of influence by the direct investor in the management of the direct investment enterprise. The "lasting interest" is evidenced when the direct investor owns at least 10% of the voting power of the direct investment enterprise. Direct investment may also allow the direct investor to gain access to the economy of the direct investment enterprise which it might otherwise be unable to do. The objectives of direct investment are different from those of portfolio investment whereby investors do not generally expect to influence the management of the enterprise.

Uma das principais características do IDE é ter capacidade de influência na gestão e ser um investimento de longo prazo, traduzindo a intenção do investidor estrangeiro em estabelecer uma presença duradoura na economia do país recetor, com o objetivo de obter benefícios financeiros e de controlar as operações da empresa. Esses benefícios podem incluir o acesso a novos mercados, recursos naturais, mão de obra qualificada, conhecimento tecnológico e outros ativos estratégicos (Dunning,1998).

O IDE pode ocorrer em uma ampla variedade de setores económicos, como manufatura, serviços, energia, tecnologia, telecomunicações, turismo, entre outros. A escolha do setor de investimento dependerá de fatores como as vantagens comparativas do país recetor, as políticas governamentais, as projeções económicas e as oportunidades de mercado, e os benefícios da sua realização estarão dependentes do setor, do país e do contexto específico

Uma das razões pelas quais as empresas optam por realizar IDE, é a procura por novos mercados, já que, ao investir em um país estrangeiro, as empresas podem beneficiar do seu crescimento económico, de uma procura crescente e de novos segmentos de mercado que podem não estar disponíveis nos seus países de origem (UNCTAD, 2021).

Outro motivo para a realização de IDE é o acesso a recursos naturais. Alguns países possuem reservas significativas de recursos naturais, como petróleo, minerais ou terras agrícolas, e o IDE permite que as empresas estrangeiras consigam aceder a esses recursos diretamente, evitando barreiras comerciais, ainda que muitas vezes apenas em parceria com empresas locais (UNCTAD, 2020).

O IDE pode igualmente ser motivado estrategicamente, no sentido de reduzir de custos de produção, pela via de custos de mão de obra e custos operacionais mais reduzidos. Neste caso, empresas multinacionais procuram países com mão de obra mais barata ou benefícios fiscais atrativos, que possibilitem garantir a redução de os custos de produção e aumentar a competitividade (Dunning e Lundan, 2008).

É importante notar que o IDE não é apenas benéfico para o investidor estrangeiro. O IDE pode também gerar impactos positivos na economia do país recetor, designadamente ao nível da criação de empregos, do estímulo ao crescimento económico, do desenvolvimento de infraestrutura e do fortalecimento do setor privado. Outro benefício assinalável do IDE é a transferência de tecnologia. Quando uma empresa estrangeira investe num país, ela pode trazer consigo conhecimento tecnológico avançado, processos de produção eficientes e práticas de gestão que podem beneficiar a economia local, fatores que confluem para o aumento da produtividade, o desenvolvimento de capacidades técnicas da mão de obra local e o fortalecimento do setor industrial (World Bank Group, 2020).

No entanto, é necessário considerar também os desafios e as possíveis desvantagens do IDE para país recetor, já que este transporta uma posição de vantagem em termos de *know-how*, tecnologia, produtividade, acesso ao mercado internacional e canais de distribuição, competência de *marketing,* estruturas organizacionais competitivas e risco de câmbio, entre outros (Nayak e Choudhury, 2014). Esta posição de vantagem do IDE face às empresas da economia recetora pode suscitar dependências de produção, de tecnologia, de conhecimento e de emprego excessiva de investidores, da mesma forma que pode aniquilar indústrias nascentes e menos competitivas.

2. CONTRIBUTOS TEÓRICOS PARA O ESTUDO DO IDE E CRESCIMENTO

Existe um amplo conjunto de teorias que analisam o impacto do investimento direto estrangeiro no crescimento económico. Na secção que se segue apresentam-se alguns dos contributos teóricos principais ao nível das teorias relacionadas com o comércio internacional, teorias baseadas em mercados imperfeitos e teoria baseada na relação cambial.

1.1 Teorias relacionadas com o comércio internacional

1.1.1 Teorias clássicas

A teoria das vantagens absolutas, de Adam Smith (1776), assente na diferença absoluta de custos, e a teoria das vantagens relativas, de David Ricardo (1817), são pioneiras na explicação das trocas entre nações.

A teoria das vantagens absolutas propõe que a especialização de um país deve ocorrer na produção de bens em que possui uma vantagem absoluta, ou seja, na produção dos bens em que o país é mais eficiente face às restantes economias. Dito de outra forma, a especialização deve ocorrer na produção das mercadorias que a economia consegue gerar com menos recursos (medido em homens/hora). Na medida em que a especialização respeite esta regra das vantagens absolutas, a troca internacional surge entre países que possuem vantagem absoluta em produções diferentes e ocorre com benefício mútuo. Esta teoria não explica, contudo, aquelas trocas internacionais que não surgem associadas a uma vantagem absoluta em determinada produção. Para abranger estas situações, é necessário considerar a formulação proposta pelas vantagens relativas de custo (Guillochon et al., 1993).

A teoria das vantagens relativas sugere que os países devem se especializar na produção de bens em que possuem uma vantagem comparativa, ou seja, em que têm um custo de oportunidade menor em relação à produção de outros bens. Por exemplo, se um país tem uma produtividade relativa mais alta e custo de oportunidade menor na produção de trigo em comparação com a produção de tecido, deve especializar-se na produção de trigo e importar tecido dos países que se encontram na situação inversa. Para a determinação das

vantagens relativas, à semelhança das vantagens absolutas, é igualmente considerado o uso de um fator de produção - trabalho - mas mede-se agora a vantagem em função do custo relativo de produzir uma unidade adicional do outro bem (número de unidades da mercadoria X que é necessário produzir para conseguir a produção de uma unidade adicional de Y, medido em horas de trabalho). Para a existência de benefício mútuo na troca internacional o país deverá especializar-se e exportar a mercadoria em que possui vantagem comparativa de custo e importar aquela em que a sua vantagem de custo é a menor. em última instância, neste caso, é a competência tecnológica que explica os diferentes custos e que fornece, por via destes, o incentivo para o comércio (Guillochon et al., 1993).

No âmbito da formulação destas teorias, que ainda hoje se aplicam na explicação do comércio inter-industrial, o investimento direto estrangeiro pode ocorrer quando uma empresa decide investir noutro país para beneficiar das suas vantagens absolutas de produção (mão de obra mais barata, recursos naturais abundantes) ou vantagens comparativas de produção. Contudo, conforme argumentam Nayak e Choudhury (2014), ao assumirem a imobilidade internacional do trabalho além das fronteiras, não são muito úteis para explicar os movimentos internacionais de capital.

O mesmo problema se coloca em relação à teoria da proporção de fatores, de Heckscher (1919) e Ohlin (1933), assente nos conceitos de dotação relativa fatorial e intensidade relativa fatorial para justificar as diferenças nas vantagens competitivas (e dos preços relativos). De acordo com esta teoria, uma economia deve especializar-se (e exportar) os bens que utilizam com maior intensidade fatorial os recursos em que a economia é mais abundante. Perante este sentido de especialização, os países exportam os bens que utilizam maiores quantidades dos fatores abundantes na economia, e importam bens que utilizam com maior intensidade aqueles fatores relativamente escassos (Guillochon et al., 1993). Embora a teoria da proporção de fatores seja também e ainda utilizada na explicação do comércio inter-industrial, ao assentar no pressuposto da imobilidade internacional dos fatores de produção, esta teoria também não responde diretamente à questão do IDE.

1.1.2 Teoria do ciclo do produto

A teoria do ciclo de produto, apresentada por Vernon (1966), foi desenvolvida no sentido de explicar certos padrões de comércio e de IDE realizado por empresas americanas na indústria transformadora, na Europa Ocidental entre o final da Segunda Guerra Mundial e meados da década de 60.

Vernon (1966) apresenta um padrão de quatro fases do ciclo de vida de um produto desde a sua introdução à saída do mercado – inovação, crescimento, maturidade e declínio – cada qual com especificidades que determinam diferentes elementos de vantagens competitivas capazes de motivar ou afastar o interesse dos investidores estrangeiros em dirigir o IDE para determinada localização.

Na fase de introdução do produto dá-se a sua entrada no mercado de um país desenvolvido, com uma produção limitada e preços elevados. Os consumidores inovadores adotam o produto antes da maioria do mercado. Segue-se uma fase de crescimento caracterizada pelo aumento de produção e queda dos preços. O produto é adotado por um maior número de consumidores e começa a ser exportado para outros países, designadamente aqueles com o mesmo nível de maturidade industrial, suscetível de concretizarem cópia do consumo e da produção. Os produtores aumentam a eficiência e a escala de produção de forma a reduzir custos e aumentar a lucratividade. Na fase seguinte, fase de maturidade, o produto está amplamente disponível em todos os mercados, pelo que, com o aumento da concorrência os preços caem ainda mais. A competitividade passa a estar mais focada na redução de custos do que na proximidade dos recursos, capital humano e competências de inovação. Após estas três fases principais, inicia-se a fase de declínio, na qual as vendas começam a decair e o produto será eventualmente substituído (Vernon, 1966).

Ao longo do processo, à medida que as fases se desenrolam, a tecnologia subjacente ao produto torna-se também conhecida e é gradualmente copiada, tal como o produto que dela resulta. Assim, as diferentes empresas começam a imitar os produtos exportados pelas empresas inovadoras e estas são conduzidas a deslocar a sua produção para os mercados locais onde os custos de produção são mais reduzidos, por forma a garantir a sua competitividade (o que explica vários investimentos na Europa Ocidental feitos por empresas dos EUA entre 1950-1970) (Vernon,1966).

Entre os investidores estrangeiros, as empresas americanas figuram enquanto principais atores devido aos seus investimentos significativos no mundo desenvolvido e em alguns países em desenvolvimento. Em 1991, o investimento direto estrangeiro no estrangeiro por parte das empresas americanas ascendeu a 421 mil milhões. No entanto, as principais atividades de investimento estrangeiro foram também realizadas por empresas de outros países, muitas das quais investem nos Estados Unidos. Em 1991, os investimentos diretos de empresas estrangeiras nos Estados Unidos ascenderam a cerca de 404 mil milhões, contra 6,9 mil milhões em 1960. O investimento direto estrangeiro tornou-se claramente uma via importante para a entrada e expansão nos mercados estrangeiros (Czinkota e Ronkainen, 1994).

A leitura que Czinkota e Ronkainen (1994) estabelecem do ciclo da vida do produto, coloca em evidência a forma como o investimento estrangeiro se desloca ao longo das diferentes etapas por entre as economias na procura de diferentes vantagens competitivas.

Conforme se pode visualizar na Figura 1 apresentada na página seguinte, entre t_0 e t_1 o país produtor é exclusivamente o país desenvolvido, já que é nele que se encontram a inovação, tecnologia e competências necessárias ao lançamento do produto novo. Na fase seguinte, entre t_1 e t_2, perante o excedente que é gerado no país inovador, o produto passa a ser exportado, iniciando-se o processo de cópia naqueles países que apresentam as competências tecnológicas para essa realização. Estes "outros países avançados" passarão, eles próprios, a ser exportadores a partir de t_3, invertendo-se progressivamente a vantagem competitiva da tecnologia para o baixo custo (salarial). À medida que essa inversão ocorre o IDE movimenta-se para os países onde os baixos custos de produção podem ser encontrados, designadamente, nos países em desenvolvimento. Assinale-se que a partir do momento t_4, o país inicialmente inovador/produtor tornou-se importador do bem, devendo aplicar-se em novo processo de inovação e lançamento de novos produtos no mercado, que irão determinar novos movimentos de troca internacional e fluxos de investimento direto estrangeiro.

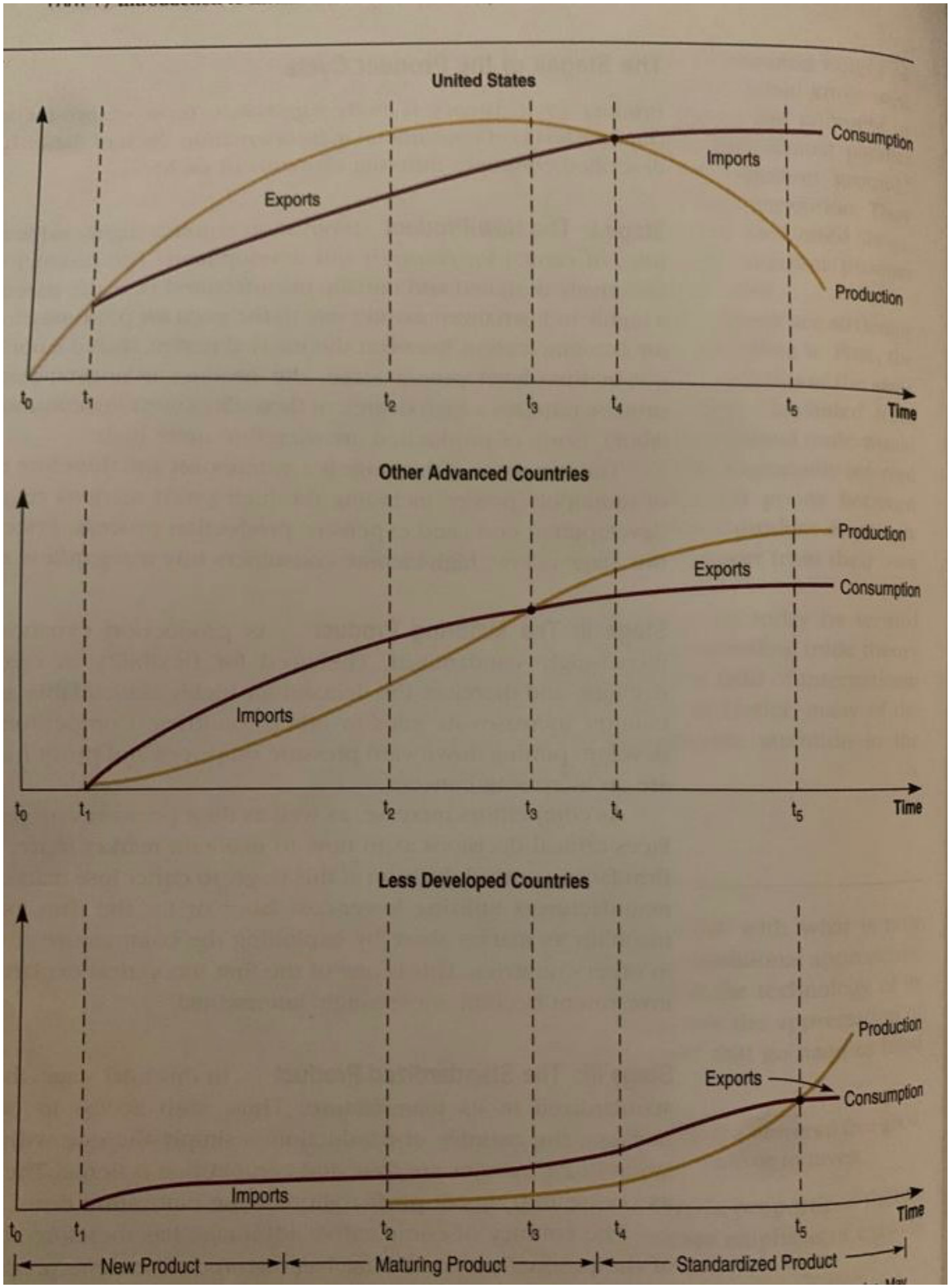

Figura 1 - Teoria do Ciclo da Vida do Produto
Fonte: Czinkota et al., 1994.

Entre os pontos positivos da teoria de Vernon (1966) encontra-se a clara explicitação de como as empresas podem maximizar lucros e manter-se competitivas em um mercado global em permanente mudança, bem assim como a explanação de como ocorre a transferência de tecnologia entre países industrialmente maduros e países menos avançados. No entanto, a teoria do ciclo da vida do produto não esclarece o impacto de elementos como mudança tecnológica, fatores culturais, diferente capacidade de inovação e de adaptação em diferentes espaços, entre outros, variáveis que podem determinar a existência de diferentes trajetórias de crescimento. Acresce que a teoria pressupõe que os países em desenvolvimento apresentarão sempre uma dotação fatorial abundante em mão de obra barata, o que não é o caso; adicionalmente, a teoria não considera a possibilidade de processos de inovação recorrentes fazerem perdurar a fase de maturidade do produto não é considerada (Pessoa e Martins, 2007).

Apesar das críticas, a teoria do ciclo de vida do produto continua a ser amplamente utilizada em *marketing* e gestão de produtos, e permanece relevante para entender como as empresas se adaptam às mudanças nas condições do mercado em escala global.

1.2 Teorias baseadas em mercados imperfeitos

1.2.1 A teoria da internalização

A Teoria da Internalização de Hymer (1976) procura explicar o processo de internacionalização das empresas através de uma escolha de mercados baseada nos custos de transação.

Para Hymer (1976) a internacionalização ocorre quando as empresas percebem que podem aumentar os seus lucros se produzirem e/ou venderem em outros países. No âmbito deste processo, diz-se internalização quando as empresas decidem controlar diretamente as operações no exterior, ao invés de se limitarem à exportação ou licenciamento da sua tecnologia para empresas locais.

Hymer (1976) argumenta que as empresas preferem internalizar as suas operações no exterior para evitar a concorrência local, controlar a qualidade dos produtos e o processo de produção, e manter as informações proprietárias seguras. A internalização permite-lhes igualmente aproveitar vantagens específicas da empresa, como a tecnologia avançada, as competências da gestão e os recursos financeiros, que podem ser difíceis de transferir para outras empresas por meio de licenciamento ou *joint ventures* (associação de duas ou mais empresas já existentes, de ramos iguais ou distintos, com o objetivo estratégico de iniciar ou realizar uma atividade económica comum, por tempo determinado).

A teoria de Hymer (1976) reconhece que as empresas multinacionais enfrentam diferentes custos e riscos ao operar em países estrangeiros, como barreiras comerciais, regulamentações governamentais, diferenças culturais e falta de conhecimento local. A internalização é, portanto, uma forma de minimizar esses custos e riscos, permitindo que as empresas multinacionais controlem diretamente suas atividades no exterior. Por outro lado, esta internalização pode ser uma estratégia arriscada e custosa para as empresas, já que a necessidade de estabelecer uma presença física no exterior envolve custos significativos – construção de fábricas, contratação de funcionários, obtenção de licenças – com impactos sobre a rentabilidade, a qual constitui o primeiro propósito da internalização.

A decisão de internalização é influenciada pelo rendimento *per capita* e pela semelhança da estrutura de rendimento *per capita* dos países envolvidos, com impactos ao nível da produção e comércio externo que se seguirá. Com efeito, a teoria sugere que os países tendem a produzir bens que correspondem às preferências dos consumidores com maior poder aquisitivo, pelo que países com estruturas de rendimento *per capita* semelhantes tendem a ter relações comerciais mais intensas.

À semelhança da teoria de Hymer (1976), também a teoria de Linder (1961) se refere a internalização. Contudo, os dois autores fazem-no com abordagens diferentes. A teoria de Linder (1961) realça principalmente as condições de mercado e as preferências do consumidor, enquanto a teoria de Hymer (1976) realça a vantagem específica que as empresas multinacionais têm em relação às empresas nacionais.

1.2.2 Teoria do Poder monopolista

Pindyck e Rabasco (2013) caracterizam uma empresa monopolista como aquela que possui o controle exclusivo sobre a oferta de um determinado produto ou serviço em determinado mercado. Em particular devem distinguir-se dois tipos de monopólios. O monopólio natural ocorre quando uma empresa é capaz de fornecer bens ou serviços de forma mais eficiente e a custos mais baixos do que várias empresas menores conseguiriam. O monopólio artificial corresponde à situação em que a empresa monopolista alcança a posição dominante através de barreiras artificiais à entrada de concorrentes, como por exemplo através do controlo de recursos essenciais, práticas anticoncorrenciais ou regulamentações governamentais favoráveis.

A teoria do poder monopolista de IDE, proposta por Kindleberger (1969) observa o papel das empresas multinacionais dominantes na condução do IDE e argumenta que apresentam maior probabilidade de realizar IDE em comparação com empresas em mercados competitivos. Kindleberger (1969) define empresas monopolistas como empresas dominantes, com maior capacidade de investir no exterior e de expandir as suas operações internacionais para obter benefícios económicos, como seja o aproveitamento de economias de escala, e o acesso a novos mercados e recursos estratégicos. De acordo com Kindleberger (1969) as empresas monopolistas apresentam vantagens competitivas significativas, como tecnologia avançada, recursos financeiros substanciais e acesso privilegiado a mercados.

Uma vez que uma empresa monopolista inicie um IDE em determinado setor ou país, as restantes enfrentarão os desafios concorrenciais que resulta das vantagens competitivas da empresa monopolista dominante. Este poder de mercado, que cria barreiras significativas à entrada para empresas de menor dimensão, irá desencorajá-las de realizar investimentos diretos no mesmo mercado.

Kindleberger (1969) destaca igualmente o papel desempenhado pelas empresas monopolistas como líderes na condução do IDE destacando como, ao investir num país estrangeiro, estabelecem padrões e tendências para o mercado, influenciando as estratégias de outras empresas. Ainda que esta influência possa determinar um maior influxo de IDE por parte de outras empresas, este seguirá a liderança da empresa monopolista.

1.2.3 Teoria Oligopolista

A teoria oligopolista de Knickerbocker (1973) no contexto do IDE sugere que numa estrutura de mercado oligopolista as empresas são influenciadas pelo comportamento de seus concorrentes ao tomar decisões de investimento no exterior.

Recorda-se que uma estrutura de mercado oligopolista se caracteriza pela existência de apenas um pequeno número de empresas que domina a oferta de um determinado produto ou serviço. Nesta estrutura de mercado existem barreiras que dificultam a entrada de novas empresas no mercado (v.g.: altos custos de investimento, economias de escala ou proteção legal). As ações de uma empresa oligopolista afetam diretamente as outras empresas presentes no mercado, o que conduz a estratégias competitivas complexas e a uma atenção cuidadosa às ações dos concorrentes. Assim, as empresas oligopolistas (concorrentes entre si) têm algum grau de poder no mercado e apresentam capacidade de influenciar os preços e as estratégias das outras empresas devido à sua interdependência. A concorrência ainda está presente, embora de forma limitada. Por forma a se destacarem no mercado, as empresas oligopolistas procuram muitas vezes diferenciar os seus produtos, seja por meio de qualidade, marca, recursos adicionais ou outros fatores. Desta forma, os investimentos em publicidade e comunicação com o mercado tendem a ser significativos por forma a fortalecer sua posição competitiva e diferenciar seus produtos (Cyert e March,1955).

Knickerbocker (1973) argumenta que num mercado oligopolista as empresas têm uma interdependência estratégica significativa, na medida em que estão cientes que as suas decisões de investimento podem afetar as ações de seus concorrentes; assim, a sua tomada de decisão sobre o IDE leva em consideração essas reações.

A teoria propõe que, quando uma empresa líder num mercado oligopolista decide realizar um IDE, as outras empresas do mesmo setor são incentivadas a seguir o seu exemplo e investir no mesmo país estrangeiro. Essa dinâmica ocorre porque as empresas têm medo de perder quota de mercado ou ficar em desvantagem competitiva em relação à empresa líder (Knickerbocker, 1973). A ideia subjacente é a de que as empresas procuram proteger sua posição dentro do mercado oligopolista e evitar serem deixadas para trás em termos de expansão internacional; ao seguirem o líder, procuram obter benefícios semelhantes aos da empresa pioneira e reduzir o risco de perder oportunidades de mercado.

Assim, a Knickerbocker (1973) ressalta que as empresas multinacionais não tomam decisões de IDE apenas com base em fatores económicos, como o potencial de mercado ou os custos de produção, mas levam também em consideração as ações e estratégias dos seus concorrentes, reconhecendo a interdependência entre elas.

1.2.4 Teoria do Paradigma Eclético

O paradigma eclético, também conhecido como modelo OLI (*Ownership, Location, and Internalization*), foi desenvolvido por Dunning (1981) para explicar as motivações e determinantes do IDE. O modelo OLI propõe que três tipos de vantagens influenciam as empresas na tomada de decisão de realizar IDE, associadas à propriedade de recursos, à localização de destino IDE e à internalização de atividades.

Vantagens de propriedade: Trata-se de vantagens específicas da empresa relacionadas com recursos exclusivos que uma empresa possui, como sejam tecnologia patenteada, conhecimento especializado, marcas registadas, redes de distribuição ou habilidades gerenciais; estas vantagens de propriedade podem tornar uma empresa mais competitiva no mercado internacional e incentivá-la a investir em mercados estrangeiros para explorar esses ativos (Dunning, 1973, 1980, 1988).

Vantagens de localização: As vantagens de localização referem-se às características e condições do país ou região de destino do IDE, incluindo fatores como a dimensão e o crescimento do mercado, o acesso a recursos naturais, a estabilidade política e económica, as infraestruturas existentes, a proximidade de fornecedores e de clientes, a oferta de incentivos governamentais e a disponibilidade de mão de obra qualificada; uma localização atraente pode reduzir custos, melhorar o acesso ao mercado e proporcionar outros benefícios que incentivem o IDE (Dunning, 1988, 1993).

Vantagens de internalização: Trata-se de vantagens relacionadas com a capacidade de uma empresa em controlar e coordenar atividades específicas internamente, ao invés de realizar transações de mercado ou contratar terceiros. A internalização pode proporcionar economias de escala, proteção de conhecimento e de tecnologia sensíveis, controle sobre a qualidade e o tempo de entrega, entre outros benefícios. Ao realizar investimentos diretos, a empresa pode internalizar atividades que seriam mais caras, arriscadas ou difíceis de obter por meio de outras formas de cooperação, como licenciamento ou contratos de fornecimento (Dunning, 1973, 1980, 1988).

Segundo o paradigma eclético, o IDE ocorre quando uma empresa possui vantagens específicas que podem ser exploradas em determinada localização e quando a internalização dessas vantagens é mais vantajosa do que outras formas de cooperação (Dunning, 1973, 1980, 1988).

1.3 A teoria das Taxas de Câmbio em Mercados de Capitais Imperfeitos

A teoria das taxas de câmbio em mercados de capitais imperfeitos, apresentada por Itagaki (1980), sugere que os mercados de capitais imperfeitos podem afetar a taxa de câmbio de uma maneira diferente do que seria previsto pelos modelos de taxas de câmbio clássicos, centrados principalmente nas variáveis monetárias, como a taxa de juros e a inflação.

Itagaki (1980) argumenta que em mercados de capitais imperfeitos, outras variáveis, como barreiras comerciais, riscos políticos, diferenças nas taxas de impostos e de crédito, e a taxa de risco associada a cada país, também são importantes na determinação das taxas de câmbio, pelo que fatores não monetários podem ter um papel tão importante quanto os fatores monetários na determinação da taxa de câmbio.

Cushman (1983) constrói sobre a teoria de Itagaki (1980) para incluir também essas variáveis não monetárias no seu modelo de determinação da taxa de câmbio, e mostra como as diferenças nas variáveis não monetárias podem ter um efeito significativo sobre as taxas de câmbio em mercados de capitais imperfeitos. Quando uma empresa estrangeira investe diretamente numa empresa localizada noutro país, precisa converter a sua moeda local em moeda estrangeira para realizar o investimento. Esse fluxo de capital pode afetar a taxa de câmbio do país recetor, aumentando a procura pela moeda local, no sentido da sua valorização. Por outro lado, o fluxo de capital pode diminuir a oferta de moeda estrangeira no país de origem, o que pode levar à desvalorização da moeda estrangeira em relação à moeda local (Itagaki e Cushman, 1992).

As restrições ao comércio internacional de ativos financeiros também podem afetar a decisão das empresas em investir diretamente em outros países. A este nível, Itagaki e Cushman (1994), destacam as barreiras regulatórias, impostos, custos de transação e informações assimétricas como possíveis fatores limitadores da capacidade das empresas em diversificar os seus investimentos globalmente e, portanto, afetar a quantidade e o tipo de investimento direto estrangeiro.

3. PORTUGAL COMO DESTINO DE IDE

3.1 Caracterização EY Attractiveness Survey Portugal (2022)

Conforme explicitado nas secções anteriores, a capacidade de um país atrair IDE é fulcral para o seu crescimento económico, na medida em que permite aos países tornarem-se mais competitivos. O IDE não se resume apenas à entrada de capital estrangeiro, mas também de novas tecnologias que fomentem a inovação, aumento do *know-how*, métodos de gestão mais eficazes, novos mercados externos, etc.

Nas últimas décadas Portugal tem emergido como um destino altamente atrativo para o investimento direto estrangeiro (IDE), oferecendo uma combinação única de fatores que atraem investidores de todo o mundo. Documentos oficiais justificam este desempenho através da sua localização estratégica na Europa, infraestrutura moderna, mão de obra qualificada, um ambiente empresarial favorável e uma política de incentivos fiscais competitivos, para além de um compromisso contínuo com as reformas económicas e a estabilidade política.

De acordo com dados da Ernst & Young, com base em dados da EY Attractiveness Survey Portugal (2022, com dados referentes a 2021), a perceção dos investidores em relação ao país tem evoluído de forma muito positiva.

Portugal escalou duas posições no *ranking* europeu de destinos de IDE, atingindo o oitavo lugar em 2021, avanço que indica um crescente interesse dos investidores em Portugal como um local atraente para investimento. Em termos de número de projetos de IDE, verificou-se um crescimento significativo, tendo aumentado 30% o número de projetos de IDE anunciados em 2021, atingindo-se um total de 200 projetos com investimentos estrangeiros (Figura 1 na página seguinte).

Os principais investidores em Portugal incluem os Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido e Espanha. Os Estados Unidos e a Alemanha compartilham a posição principal em termos do número de projetos de IDE.

Rank	País	Projetos de IDE (2020)	Projetos de IDE (2021)	Taxa de crescimento dos projetos
1	França	985	1222	24% ↑
2	Reino Unido	975	993	2% ↑
3	Alemanha	930	841	-10% ↓
4	Espanha	354	361	2% ↑
5	Turquia	208	264	27% ↑
6	Bélgica	227	245	8% ↑
7	Itália	113	207	83% ↑
8	Portugal	154	200	30% ↑
9	Polónia	219	193	-12% ↓
10	Irlanda	165	152	-8% ↓

Figura 2 - Top 10 de países europeus em termos de atração de IDE
Fonte: Ernst & Young, 2022

De acordo com a Ernst & Young (2022) verifica-se uma tendência crescente de reorganização das cadeias de suprimentos, com 53% dos entrevistados a considerar a possibilidade de utilização da abordagem de *nearshoring* (trazer operações para mais próximo dos clientes), juntamente com modelos de abastecimento regionais e a repatriação de atividades para o mercado doméstico.

Enquanto fatores que têm vindo a aumentar a confiança dos investidores no mercado europeu, e apesar da guerra entre a Rússia e Ucrânia, o estudo destaca a resposta eficaz da Europa à crise da pandemia COVID-19, que contribuiu para uma perceção positiva da resiliência económica da região. Ressalta-se que no ano de pandemia, Portugal conseguiu entrar no Top 10 das economias europeias mais atrativas para o investimento estrangeiro (Ernst & Young, 2021) - de acordo com o estudo, a Covid-19 traduziu-se numa quebra no número de investimentos angariados (menos quatro do que no ano anterior) mas 37% dos inquiridos planeava criar ou expandir as suas operações em Portugal.

Relativamente a fatores de atratividade da economia portuguesa para investimento estrangeiro, em particular, são destacados a qualidade de vida, estabilidade social, políticas voltadas para mudanças climáticas e sustentabilidade, infraestruturas e disponibilidade de trabalho qualificado. Esses fatores combinados tornam Portugal um destino atraente para investimentos estrangeiros. Mais de 60% dos entrevistados planeiam investir na economia portuguesa nos próximos anos, o que reflete a confiança na trajetória de crescimento e na estabilidade do ambiente de negócios em Portugal (Ernst & Young, 2022).

Em termos setoriais, no ano de 2021, o IDE em Portugal observou uma liderança constante do setor de *software* e serviços de TI, que representou uma parcela notável, totalizando 33% dos 200 projetos de IDE registrados no país. Além disso, os investidores continuam a perceber como setores cruciais para o crescimento económico português nos próximos a economia digital, *cleantech*, energias renováveis e o mercado imobiliário e da construção (Figura 2).

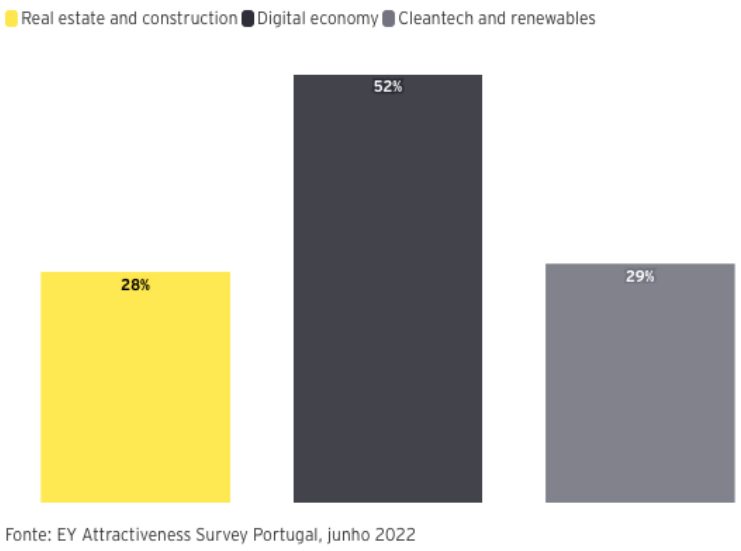

Figura 3 - Setores que irão promover o crescimento económico
Fonte: Ernst & Young, 2022

Portugal mantém sua atratividade tradicional, fundamentada na estabilidade social e infraestruturas que proporcionam um ambiente favorável para a realização de operações empresariais. A esses fatores acrescenta-se a visão positiva dos investidores face à abordagem do país em relação às questões relacionadas com as mudanças climáticas - 68% dos respondentes consideram esse fator um elemento de excelência na atratividade portuguesa (Ernst & Young, 2022).

A diversificação em outros setores de atividade tem-se revelado frutífera, contribuindo para a resiliência económica de Portugal. A criação de centros de pesquisa e desenvolvimento constitui a tipologia de investimento mais atraente para os investidores em Portugal, e reflete o compromisso do país com a inovação.

Em relação à distribuição geográfica dos investimentos, a área Metropolitana de Lisboa e o Norte de Portugal mantêm sua posição de destaque, concentrando uma significativa proporção do IDE no país, com 75% dos projetos direcionados para essas regiões. Estes dados reforçam a importância estratégica destas áreas como centros-chave de atividade económica e investimento em Portugal.

3.2 Teorias de IDE na realidade portuguesa

As teorias apresentadas nas seções anteriores sobre IDE podem ser aplicadas à realidade portuguesa de diversas formas, na tentativa de explicar a atratividade da economia portuguesa por IDE e como esse investimento afeta a economia do país.

A Teoria da Internalização de Hymer sugere que empresas estrangeiras podem encontrar vantagens em estabelecer operações diretas em Portugal, em vez de simplesmente vender seus produtos ou licenciar tecnologia. Ao controlar diretamente as operações locais, as empresas podem manter um padrão de qualidade elevado, proteger as suas informações proprietárias e garantir que as suas vantagens competitivas são preservadas. Por exemplo, empresas de tecnologia estrangeira podem optar por criar centros de pesquisa e desenvolvimento em Portugal para aproveitar as competências locais e ainda assim manter um controle mais direto sobre a inovação. Um exemplo de IDE em Portugal que segue a lógica da Teoria da Internalização de Hymer é o caso da Bosch, multinacional de engenharia e eletrónica com sede na Alemanha, que estabeleceu uma presença em Portugal, investindo em várias unidades de produção e centros de pesquisa e desenvolvimento no país, em áreas como sistemas automotivos, tecnologias de energia e segurança, aproveitando as competência de engenheiros e cientistas portugueses mas mantendo um controle direto sobre suas operações em Portugal. Esta estratégia contribui para a inovação dentro da empresa, mas também fortalece a economia local, criando empregos qualificados e promovendo o desenvolvimento tecnológico em Portugal.

A Teoria do Poder Monopolista de Kindleberger diz-nos que empresas com grande poder de mercado global são propensas a investir no exterior para aproveitar as economias de escala, influenciando o mercado local. A presença da Volkswagen em Portugal, uma das maiores fabricantes de automóveis do mundo, com uma fábrica em Palmela, onde produz o modelo Volkswagen T-Roc, um dos seus carros mais populares, ilustra esta teoria. A Volkswagen é uma empresa gigante do setor automobilístico e possui uma capacidade considerável para influenciar o mercado. Ao estabelecer uma fábrica em Portugal, aproveita as economias de escala e os recursos locais, como mão de obra qualificada e infraestrutura de transporte eficiente, para produzir automóveis de alta qualidade a custos competitivos. Fazendo-o, produz um impacto significativo na economia local, criando empregos diretos e indiretos, bem como contribuindo para o crescimento do setor automobilístico no país.

A Teoria Oligopolista de Knickerbocker sugere que a interdependência estratégica entre empresas em mercados oligopolistas pode influenciar as decisões de IDE. Aplicado à realidade portuguesa pode entender-se por que a entrada de uma grande empresa estrangeira em um setor específico pode incentivar outras empresas a seguir o mesmo caminho, sejam porque temem perder quota de mercado global ou ficar em desvantagem competitiva, o que poderá justifica o aumento no IDE em setores específicos do mercado português. Um exemplo que ilustra essa teoria é o do setor de telecomunicações e a entrada de várias empresas estrangeiras no mercado. Por exemplo, a entrada da Vodafone em Portugal no setor de telecomunicações nos anos 1990 incentivou outras empresas estrangeiras, como a Orange e a NOS, a entrar no mercado português para competir por uma quota do mercado de telecomunicações.

O paradigma eclético de Dunning, ou Modelo OLI, enfatiza a importância da localização. Portugal, com sua localização estratégica na Europa, pode atrair investimentos estrangeiros de empresas que desejam se beneficiar dessa posição geográfica privilegiada. Novamente a Bosch constitui exemplo de uma empresa global que possui operações significativas em Portugal e pode aproveitar a vantagem de localização para atender aos mercados europeus de forma mais ágil e eficaz. Ao estabelecer operações em Portugal, a Bosch não apenas reduz os custos logísticos, como se mantem competitiva no mercado europeu de tecnologia automotiva e bens de consumo duráveis. Outro exemplo a apontar poderia ser o investimento da Siemens no país, especialmente no setor de energias

renováveis. A escolha da Siemens em investir em Portugal está relacionada com a vantagem de localização para a produção de energia eólica e solar, juntamente com políticas de incentivo do governo e investimentos em infraestrutura energética, que tornou o país um destino atrativo para empresas como a Siemens que desejam expandir as suas operações no mercado de energias limpas. Desta forma, o investimento da Siemens em Portugal exemplifica como a vantagem de localização pode atrair investimentos estrangeiros.

A Teoria das Taxas de Câmbio em Mercados de Capitais Imperfeitos, assinala como fatores não relacionados com fatores monetários, como barreiras comerciais e riscos políticos, podem influenciar as decisões de IDE. Um exemplo que poderá ilustrar como estes fatores não monetários podem influenciar as decisões de IDE em Portugal é também o investimento de empresas estrangeiras no setor de energias renováveis, designadamente em projetos de parques eólicos e solares, em várias regiões de Portugal. A aquisição de uma participação significativa da EDP Renováveis pela empresa chinesa CTG (China Three Gorges Corporation) demonstra o interesse de empresas estrangeiras em contribuir para o desenvolvimento de fontes de energia limpa em Portugal. Esse investimento é influenciado por fatores não necessariamente relacionados com variáveis monetárias, como a busca por oportunidades de mercado num país comprometido com a energia verde e a redução de riscos políticos relacionados a regulamentações ambientais favoráveis, colocando em destaque variáveis como políticas de sustentabilidade e barreiras comerciais relacionadas com o setor de energias renováveis.

3.3 Desafios e estratégias

De acordo com a Ernst & Young (2022), melhorar a atratividade de Portugal como destino de IDE requer uma abordagem abrangente e adaptável às mudanças globais. Em primeiro lugar, é fundamental manter as regulamentações atualizadas e alinhadas com as rápidas transformações tecnológicas e outras disrupções que caracterizam a economia global. Esse esforço permitirá ao país adaptar-se às novas realidades empresariais, mantendo-se relevante no cenário internacional.

No âmbito da regulamentação, destaca-se a importância de políticas ambientais favoráveis, dada a crescente ênfase na sustentabilidade e o comprometimento progressivo dos investidores com a responsabilidade ambiental. Ações nesse sentido não apenas atraem investidores preocupados com a sustentabilidade, como igualmente contribuem para um ambiente empresarial mais responsável e alinhado com os desafios ambientais.

Paralelamente, a redução da tributação e a implementação de estratégias que tornem o ambiente fiscal mais competitivo são vitais, especialmente num momento percebido como complexo e instável. Uma carga tributária excessiva pode afetar negativamente a atratividade de Portugal para investidores estrangeiros, pelo que políticas que procurem simplificar e tornar mais eficiente o sistema fiscal são necessárias.

De forma a melhorar a qualidade dos produtos e serviços fornecidos no mercado externo será necessário incentivar a inovação e a tecnologia, o que pressupõe o apoio a indústrias de alta tecnologia e a atração de investimentos em setores de ponta. Paralelamente é fundamental desenvolver a educação e as competências da força de trabalho, garantindo que o país possui uma mão de obra qualificada que atraia investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

De forma relacionada é necessário o investimento em sistemas sociais e de saúde de qualidade para garantir o bem-estar da população, já que esta medida não apenas atrai investidores que valorizam a qualidade de vida dos funcionários, como também contribui para a produtividade.

A infraestrutura e o urbanismo também desempenham um papel importante, uma vez que projetos nessa área promovem o desenvolvimento económico, mas também melhoram a interligação e a logística do país, tornando-o mais acessível e eficiente para os negócios.

Complementarmente, a redução da dívida pública e privada é essencial para manter a estabilidade financeira do país e criar um ambiente favorável aos negócios, evitando riscos financeiros que possam afastar os investidores.

Assim, para o futuro, Portugal deve considerar reformas estruturais, como uma reforma tributária abrangente, investimentos em comunicação eficaz, investimento contínuo em inovação e no desenvolvimento de competências. Aproveitar a estabilidade política e

segurança do país também pode ser um elemento distintivo importante em tempos de incerteza global. Este conjunto de ações estratégicas multifacetadas pode ajudar Portugal a posicionar-se como um destino de investimento estrangeiro atrativo num ambiente global que é cada vez mais competitivo.

CONCLUSÃO

Nesta análise, exploramos várias teorias relacionadas com o investimento direto estrangeiro e o crescimento económico e consideramos a sua relevância em diferentes contextos económicos.

As teorias clássicas de vantagens absolutas e relativas, propostas por Adam Smith e David Ricardo, destacam a importância da especialização na produção de bens em que um país possui eficiência comparativa e continuam a fornecer uma base sólida para entender por que razão as nações se especializam na produção de determinados bens, justificando a troca internacional e impulsionando o crescimento económico. No entanto, essas teorias não abordam diretamente o IDE.

A teoria do ciclo do produto, proposta por Vernon, aborda as diferentes fases do ciclo de vida de um produto, desde a inovação até o declínio. Este modelo explica como o IDE é influenciado pelas distintas características das fases do ciclo de vida do produto e como as empresas exploram oportunidades em mercados estrangeiros durante essas fases.

A Teoria da Internalização de Hymer considera os custos de transação como um fator determinante no IDE e destaca a importância do controle direto das operações no exterior, especialmente quando as empresas desejam proteger vantagens competitivas, manter a qualidade dos produtos e preservar informações proprietárias.

As teorias baseadas em mercados imperfeitos, como a teoria do poder monopolista e a teoria oligopolista, enfatizam como as estratégias das empresas e a interdependência entre elas podem influenciar as decisões de IDE, considerando fatores económicos, mas também regulatórios e de mercado. Empresas com poder de mercado dominante são mais propensas a realizar IDE para aproveitar economias de escala e influenciar o comportamento de outras empresas no mercado internacional. A decisão de IDE de uma empresa líder nesse contexto pode incentivar outras a seguir seu exemplo, temendo perder participação de mercado ou ficar em desvantagem competitiva.

O paradigma eclético de Dunning integra vantagens de propriedade, vantagens de localização e vantagens de internalização para explicar por que as empresas escolhem investir no exterior, fornecendo um quadro abrangente para entender as motivações por trás das decisões de IDE.

Por fim, a abordagem de Itagaki (1980) e Cushman (1983) sugere que em mercados de capitais imperfeitos, as decisões de investimento direto estrangeiro das empresas são influenciadas pela formação das taxas de câmbios e restrições no comércio internacional de ativos financeiros, como barreiras regulatórias e informações assimétricas.

Em conjunto, essas teorias fornecem uma compreensão abrangente das motivações, determinantes e implicações do IDE em termos de crescimento e desenvolvimento económico. Elas destacam que o IDE é um fenómeno complexo, influenciado por uma variedade de fatores económicos e estratégicos, que pode ser benéfico tanto para as empresas envolvidas quanto para os países recetores, desde que seja conduzido de maneira estratégica e eficiente.

Cada uma das teorias apresentadas desempenha um papel específico na compreensão das relações entre IDE, comércio internacional e crescimento e desenvolvimento económico. A escolha da teoria a ser aplicada depende do contexto e dos objetivos da análise, e qualquer uma delas é relevantes para entender as dinâmicas económicas globais.

Aplicando-se a análise ao caso português enquanto destino de IDE na atualidade, as teorias discutidas esclarecem quanto aos fatores motivadores e aos determinantes da atratividade da economia portuguesa para o IDE, encontrando-se vários exemplos que reforçam a aplicabilidade das teorias de IDE na preparação estratégica do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cyert, R. M. e March, J. G. (1955). Organizational Structure and Pricing Behavior in an Oligopolistic Market. *The American Economic Review*, *45*(1), pp. 129–139.

Czinkota, M. R. e Ronkainen, I. A. (1994). *International Business.* New York, The Dryden Press.

Cushman, D. O. (1983). The effects of real and nominal uncertainties on international trade and investment. *Journal of International Economics*, 15(1-2). pp. 45-66.

Dunning, J.H. (1998). Location and the multinational enterprise: A neglected factor? *Journal of International Business Studies,* 29. pp 45-66.

Dunning, J. H. (1973). The determinants of international production. *Oxford Economic Papers,* 25(3). pp.289-336.

Dunning, J. H. (1980). Toward an eclectic theory of international production: Some empirical tests. *Journal of International Business Studies*, 11. pp. 9-31.

Dunning, J. H. (1988). The Eclectic Paradigm of International Production: A restatement and some possible extensions. *Journal of International Business Studies*. 19(1), Spring. pp. 1-31.

Dunning, J. H. (1993). *Multinational Enterprises and the Global Economy.* Harlow, Addison Wesley Longman.

Dunning e Lundan (2008). *Multinational enterprises and the global economy*. Edward Elgar Publishing.

Ernst & Young (2022). *EY Attractiveness Survey Portugal.* [Em linha]. Disponível em <https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/pt_pt/topics/attractiveness/pdf/ey-attractiveness2022-digital-20fev2023.pdf>. [Consultado em 01/09/2023].

Ernst & Young (2021). *EY Attractiveness Survey Portugal.* [Em linha]. Disponível em <https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/pt_pt/topics/attractiveness/ey-attractiveness-survey-2021-v1.pdf>. [Consultado em 01/09/2023].

Guillochon, B., Guedes, F.C. e Ribeiro, G. (1993). Economia internacional. Lisboa, Planeta Editora.

Hymer, S. (1976). *The International Operations of National Firms: A Study of Direct Foreign Investment.* MIT Press.

Itagaki, T. (1980). Exchange rate determination in imperfect financial markets. *Journal of International Economics.*

Itagaki, T. e Cushman, D. O. (1992). Imperfect capital markets and the exchange rate: A structural econometric model. *Journal of International Economics.*

Itagaki, T. e Cushman, D. O. (1994). The impact of taxes on the multinational firm's choice of location and capital structure in a model of imperfect capital markets. *Journal of International Money and Finance.*

Kindleberger, C.P. (1969). *American Business Abroad.* Yale University Press, New Haven, CT, United States.

Knickerbocker, F.T. (1973). *Oligopolistic reaction and multinational enterprise.* Division of Research, Harvard University. Cambridge, United States.

Linder, S. B. (1961). *An essay on trade and transformation.* Stockholm, Almqvist & Wiksell.

Nayak, D. e Choudhury, R. N. (2014). A selective review of foreign direct investment theories. *ARTNeT Working Paper Series*, n. 143. Bangkok, Asia-Pacific Research and Training Network on Trade.

OECD. (1996). *OECD benchmark definition of foreign direct investment.* [Em linha]. Disponível em <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264158528-sum-pt.pdf?expires=1682324028&id=id&accname=guest&checksum=76F9BE8EBD726037EEF65B4067C3C7FD>. [Consultado em 24/04/2023].

Pessoa, E. e Martins, M. (2007). Revisitando a teoria do ciclo do produto. *Revista de Economia Contemporânea*, 11, pp. 307-329.

Pindyck e Rabasco. (2013). *Microeconomia*. Pearson Educación.

UNCTAD. (2020). World Investment Report 2020: International Production Beyond the Pandemic. United Nations Conference on Trade and Development.

UNCTAD. (2021). *World investment report 2021: Investing in sustainable recovery*. UN.

Vernon R. (1966). “International investment and international trade in the product cycle”. Quarterly Journal of Economics.

World Bank Group. (2020). Global Investment Competitiveness Report 2019/2020: Connecting to Global Platforms. World Bank Group.